

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO *LATO-SENSU* EM GESTÃO EDUCACIONAL**

**GESTÃO DO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL:
PROPOSTA DE DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

Marcia Helena dos Santos Bento

Agudo, RS, Brasil

2014

GESTÃO DO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL: PROPOSTA DE DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO

Marcia Helena dos Santos Bento

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional, da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para
obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

Orientadora: Profa. Me. Alexandra Silva dos Santos Furquim

Agudo, RS, Brasil

2014

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada,
aprova a Monografia de Especialização

**GESTÃO DO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL: PROPOSTA DE
DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO**

elaborada por
Marcia Helena dos Santos Bento

como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional

COMISSÃO EXAMINADORA:

Alexandra Silva dos Santos Furquim, Me.
(Presidente/Orientadora)

Myrian Cunha Krum, Me. (UFSM)

Claudio Emelson Guimarães Dutra, Me. (UFSM)

Agudo, RS, 28 de novembro de 2014.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha família pelo apoio dado, por compreender minhas ausências, principalmente ao meu futuro esposo Leandro Silveira Ferreira por acreditar no meu esforço; aos meus colegas de trabalho por me apoiarem, e como não poderia ser diferente à Alexandra Furquim, pelo estímulo e motivação dados durante este estudo.

*“Escrever é fácil:
você começa com uma
letra maiúscula e termina
com um ponto final.
No meio você
coloca as ideias”
(Pablo Neruda)*

RESUMO

Monografia de Especialização
Curso de Pós-Graduação a Distância
Especialização *Lato-Sensu* em Gestão Educacional
Universidade Federal de Santa Maria

GESTÃO DO ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL: PROPOSTA DE DIMENSÕES DE AVALIAÇÃO

AUTORA: MARCIA HELENA DOS SANTOS BENTO

ORIENTADORA: PROF^a. Me. ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM

Data e Local da Defesa: Agudo/RS, 28 de novembro de 2014.

O presente estudo versa sobre a avaliação institucional, tendo como objetivo geral a proposição de dimensões de avaliação aplicáveis à gestão do ensino técnico e profissional. Para alcançar esse objetivo, foi necessário realizar: análise das dimensões do SINAES; análise dos critérios de qualidade do Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP); análise da avaliação institucional aplicada nos cursos técnicos do Colégio Politécnico da UFSM; definição das dimensões a serem avaliadas no ensino técnico e profissional. A abordagem da pesquisa foi qualitativa, buscando, primeiramente, um estudo exploratório que embasou a formulação do questionário. O instrumento foi aplicado a 35 estudantes do segundo semestre do Curso Técnico em Administração da instituição pesquisada. Na análise de dados, utilizou-se a estatística descritiva para os dados quantitativos e análise de conteúdo para os qualitativos. Os principais resultados alcançados foram a confirmação da inaplicabilidade de alguns quesitos da avaliação aos discentes, devendo ser direcionada ao respectivo público-alvo, como também a falta de inserção de quesitos que avaliem a qualidade do ensino. A partir desses resultados, são propostos indicadores para a gestão do ensino técnico e profissional, a partir dos critérios do GesPública e das dimensões do SINAES.

Palavras-chave: Avaliação Institucional, SINAES, GesPública.

ABSTRACT

*Monograph of Specialization
Course Postgraduate Distance
Lato Sensu in Educational Management
Federal University of Santa Maria*

MANAGEMENT OF TECHNICAL AND PROFESSIONAL EDUCATION: PROPOSED DIMENSIONS OF EVALUATION

AUTHOR: MARCIA HELENA DOS SANTOS BENTO

MASTERMIND: Msc. ALEXANDRA SILVA DOS SANTOS FURQUIM

Date and Place of Defence: Agudo, RS, November 28, 2014.

This study focuses on the institutional evaluation. The general objective was to propose dimensions of evaluation for the management of technical and professional education. To achieve this goal it was necessary to: analysis of the dimensions of SINAES; analysis of the quality criteria of the Excellence Model in Public Management (EMPM); analysis of institutional evaluation applied in technical courses at the Polytechnic College UFSM; definition of the dimensions to be evaluated in technical and professional education. The research approach was qualitative and quantitative; first, seeking an exploratory study based the wording of the questionnaire. Then, the instrument was administered to 35 students in the second semester of the Technical Course in Management of the research institution. In data analysis, we used descriptive statistics for quantitative data and content analysis for qualitative. The main results were confirming the inapplicability of some of the evaluation questions to students, should be directed to the respective target audience, as well as the lack of inclusion of questions that evaluate the quality of teaching. The study has as conclusion a proposal of indicators for the management of technical and professional education, based on the GesPública criteria and SINAES dimensions.

Keywords: Institutional evaluation, SINAES dimensions, GesPública criteria.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – PILARES DE UM MODELO DE GESTÃO PÚBLICA.....	27
FIGURA 2 – FUNDAMENTOS DA GESTÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA	28
FIGURA 3 – SISTEMA DE GESTÃO PÚBLICA	31
FIGURA 4 – INTENSIDADE DOS FATORES EM CADA ESCOLA	38

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – VANTAGENS DO USO DOS QUESTIONÁRIOS	18
QUADRO 2 – SINOPSE SOBRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	19
QUADRO 3 – SUGESTÕES DE INDICADORES ORIUNDOS DA AVALIAÇÃO INTERNA.....	25
QUADRO 4 – HISTÓRICO EVOLUTIVO DA GESPÚBLICA.....	26
QUADRO 5 – O CICLO DO PDCA.....	28
QUADRO 6 – APRESENTAÇÃO DOS DADOS QUANTITATIVOS	33
QUADRO 7 – INDICADORES DA QUALIDADE NA EDUCAÇÃO	36
QUADRO 8 – SUGESTÃO DE ESTRUTURA DE AVALIAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS.....	37

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – FAIXA ETÁRIA DOS RESPONDENTES.....	36
---	----

LISTA DE SIGLAS

COPLAI – Coordenadoria de Planejamento e Avaliação Institucional
CPA – Comissão Própria de Avaliação
CPC – Conceito Preliminar de Curso
CSA – Comissão Setorial de Avaliação
ENADE – Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ICG – Índice Geral de Curso
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas
IES – Instituição de Ensino Superior
IPPS – Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação
ISO – *International Standard Organization*
FNQ – Fundação Nacional da Qualidade
GesPública – Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização
LDB/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC – Ministério da Educação
MEGP – Modelo de Excelência em Gestão Pública
NBR – Normas Brasileiras
NDE – Núcleo Docente Estruturante
PBQP – Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade
PDCA – *Plan, Do, Check, Action*
PDI – Plano de Desenvolvimento Institucional
PGQP – Programa Gaúcho de Qualidade e Produtividade
PNQ – Prêmio Nacional da Qualidade
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPI – Projeto Pedagógico Institucional
PQSP – Programa de Qualidade no Serviço Público
PROPLAN – Pró-Reitoria de Planejamento
QPAP – Programa da Qualidade e Participação na Administração Pública
SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
UFSM – Universidade Federal de Santa Maria

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 – CARTA DE APRESENTAÇÃO.....	45
APÊNDICE 2 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	46
APÊNDICE 3 – TERMO DE CONFIDENCIALIDADE.....	48
APÊNDICE 4 – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	49

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
1 AVALIAÇÃO PARA PUNIR OU PARA CRESCER?.....	16
1.1 Considerações iniciais.....	16
1.2 Encaminhamentos Metodológicos.....	16
1.2.1 Abordagem metodológica.....	16
2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL X AVALIAÇÃO DA QUALIDADE	20
2.1 Histórico da Gestão dos Cursos.....	20
2.2 A Gestão da Qualidade do Ensino	21
2.3 A promoção da qualidade pelo SINAES.....	23
2.4 A Excelência em Gestão no Serviço Público.....	25
3 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA ORGANIZAÇÃO PESQUISADA	32
3.1 Contextualização da Instituição.....	32
3.2 A avaliação institucional na perspectiva dos discentes	32
3.3 Indicadores de Qualidade do Ensino Técnico e Profissional.....	36
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS.....	41

APRESENTAÇÃO

Os cursos superiores, desde 2004, são avaliados pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP), o SINAES é formado por três componentes principais: a avaliação da instituição, dos cursos e do desempenho dos estudantes. Os instrumentos de avaliação da instituição e dos cursos de graduação têm sua aplicação nas Instituições de Ensino Superior (IES) para subsidiar os processos de regulação como credenciamentos ou recredenciamentos, autorização ou renovação e reconhecimento de cursos de graduação.

Os cursos técnicos ainda não são submetidos a avaliação específica para o seu nível, sendo avaliados com o mesmo instrumento aplicado aos cursos superiores. Ferreira (2014) afirma que a não implantação de um sistema de avaliação para os cursos técnicos em âmbito nacional configura uma carência de avaliações específicas para esse nível de ensino. Prova disso está na aplicação dos mesmos instrumentos de avaliação dos cursos superiores aos cursos técnicos da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/PROPLAN/COPLAI, 2013).

Os sistemas de avaliação, tanto para os cursos técnicos quanto para os cursos superiores, vão muito além da simples verificação da situação do Curso ou da Instituição. Esses sistemas são capazes de gerar indicadores que possibilitam guiar a gestão do ensino.

1 AVALIAÇÃO PARA PUNIR OU PARA CRESCER?

1.1 Considerações iniciais

A avaliação, no âmbito escolar, sempre foi um tema controverso e quando se trata da avaliação do aluno pelo professor, é dada como uma análise daquilo que o aluno aprendeu, para então serem empreendidas ações de recuperação. Por outro lado, se a avaliação for do professor ou do curso, existe o receio de que ocorram injustiças, ora, receio idêntico ao do aluno ao ser avaliado. Demo (2011) salienta que seria mais coerente a participação nas avaliações de forma crítica, e ainda, que o problema não está na nota, mas em como se compõe a nota e o que ela é levada a sugerir.

Atualmente, várias instituições têm adotado sistemas de avaliação de gestão para guiar suas ações. Observa-se um grande movimento de empresas privadas que aderem a programas de qualidade¹ como o Programa Nacional da Qualidade (PNQ) ou o Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade (PGQP) ou que adotam Sistemas de Gestão regulados por Normas Brasileiras (NBR) ou internacionais *International Standard Organization* (ISO 9001) (CERQUEIRA, 2010).

As organizações do terceiro setor², formado pelas Organizações Não-Governamentais (ONGs) e outras organizações congêneres (TACHIZAWA, 2012), pressionadas, ora pela falta de recurso, ora pela inexperiência dos gestores, têm procurado adotar em sua gestão sistemas de avaliação que identifiquem oportunidades de melhoria (VOLTOLINI, 2003).

Verifica-se assim, que, a necessidade por instrumentos de avaliação de gestão adequados alcança vários tipos de instituições e organizações, inclusive as instituições públicas, que devido à Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000) devem apresentar uma gestão eficiente e transparente, e, assim, têm procurado adotar, por livre adesão, o instrumento de avaliação continuada do Programa

¹ Os programas ou sistemas de qualidade são utilizados como modelos de gestão por diversos tipos de organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos. Esses modelos auxiliam as organizações na escolha e atendimento aos requisitos de qualidade. Se esses programas ajudam os mais diversos tipos de organizações, por que não criar ou adequar um programa que possa auxiliar as instituições educacionais?

² Segundo Tachizawa (2012), as organizações do terceiro setor atuam no espaço não preenchido pelo primeiro setor, o Estado, e o segundo setor, privado.

Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (GesPública) (MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2013).

A Universidade Federal de Santa Maria ainda não aderiu a este programa, optando em um primeiro momento, por utilizar os sistemas obrigatórios como o SINAES, formado por três componentes principais: a avaliação da instituição, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

A aplicação dos instrumentos do SINAES subsidia os processos de regulação como credenciamentos ou recredenciamentos, autorização ou renovação e reconhecimento de cursos de graduação. Para os cursos técnicos, não há a obrigatoriedade de aplicação desses instrumentos, porém, instrumentos de avaliação podem subsidiar um bom sistema de gestão de cursos técnicos.

Apesar disso, se as organizações necessitam de instrumentos de avaliação adequados à sua gestão, o mesmo ocorrerá com as instituições de ensino. Ribeiro, Tavares Júnior e Lourenço (2013) relatam que as principais dimensões da qualidade educacional – desempenho (proficiência) e rendimento (fluxo escolar) – passaram, em 2007, a ser avaliadas por um único indicador: o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

Os pesquisadores ainda complementam tal premissa afirmando:

Além de permitir um “retrato” sintético da qualidade da escola, passou a ser possível também acompanhar seu desenvolvimento, através da comparação do resultado de um biênio com seu registro anterior, tanto geral (da escola) quanto por ciclo. Além disso, a implantação de Sistemas de Avaliação da Educação com resultados por Unidade Escolar demonstrou, com base em amplas evidências na última década, que são um instrumento efetivo para impulsionar a melhoria dos Sistemas de Ensino. Além de fornecer subsídios valiosos para a gestão das escolas, a partir dos resultados de desempenho de seus alunos, operam também como motivadores para formulação e implementação de novas estratégias de ensino, bem como possibilitam a avaliação dos projetos realizados (RIBEIRO, TAVARES JÚNIOR E LOURENÇO, 2013, p. 480).

No momento em que os cursos técnicos utilizam os mesmos instrumentos do ensino superior, seus resultados acabam sendo tangenciados. Assim, a proposição de dimensões que avalie adequadamente o ensino técnico é imprescindível para uma gestão eficaz.

Mas, e se os resultados da avaliação não forem os esperados? Um aluno reprova para ser punido? Scallon (1988 apud HADJI, 2007, p. 58) enfatiza que mais importante que julgar o grau de êxito do aluno é fornecer-lhe a informação de que precisa para compreender e corrigir seus erros.

A educação, como preconiza a Carta Magna de 1988, é um direito de todos e, deverá ser ministrada com base em uma série de princípios, dos quais destaca-se a

oferta gratuita do ensino público com garantia de um padrão de qualidade (CF, 1988).

Mas como saber se uma escola oferece ensino de qualidade? Basicamente, procurar-se-á por instituições que exijam grande conhecimento por parte dos alunos, mas, para avaliar o conhecimento será necessário estabelecer os critérios desejados, para então poder avaliar (comparando o alcançado com o desejável) e, a partir disso, realizar a comparação com outras escolas de mesmo nível de ensino (HADJI, 2007).

Dessa forma, a questão central da presente pesquisa implica descobrir quais critérios de avaliação podem levar um Curso Técnico e Profissional a alcançar os níveis de qualidade desejados.

Assim, o estudo centra-se na temática da avaliação institucional dentro da linha de pesquisa de gestão escolar. O objetivo geral do estudo foi a proposição de dimensões de avaliação aplicáveis à gestão do ensino técnico e profissional em cursos desse nível de ensino na UFSM, em substituição à avaliação do SINAES utilizada atualmente.

Para alcançar esse objetivo foi necessário: a. análise das dimensões do SINAES; b. análise dos critérios de qualidade do Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP); c. análise da avaliação institucional aplicada nos cursos técnicos do Colégio Politécnico da UFSM; d. definição das dimensões a serem avaliadas no ensino técnico e profissional.

1.2 Encaminhamentos Metodológicos

1.2.1 Abordagem metodológica

O presente estudo possui uma abordagem quali-quantitativa, visto o caráter contextual em que se aplica o estudo. Miles e Huberman (1994 apud GRAY, 2012) destacam algumas características da pesquisa qualitativa:

- a. É realizada por meio de contato intenso dentro de um campo ou contexto da vida real;
- b. O papel do pesquisador é obter um panorama holístico ou integrado de um estudo, incluindo as percepções dos participantes;

- c. Temas que surgem a partir dos dados muitas vezes são revisados com informantes, para verificação;
- d. O principal foco da pesquisa é entender as formas como as pessoas agem e explicar suas ações.

Foi utilizada a técnica de pesquisa exploratória, pois segundo Proetti (2006), proporciona informações mais pontuais sobre um determinado assunto, como também busca descobrir novos enfoques a serem construídos.

Para a coleta de informações, foram utilizadas técnicas de pesquisa documental, com base em materiais já publicados e pesquisa quantitativa, a fim de evidenciar, de forma numérica, os resultados oriundos do trabalho executado.

A pesquisa bibliográfica proporciona benefícios, pois segundo Manzo apud Marconi; Lakatos (2007, p. 185), “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas onde os problemas não se cristalizaram suficientemente”.

Além disso, o trabalho caracteriza-se, ainda, como uma pesquisa-ação participante, tendo em vista a participação do pesquisador como sujeito da pesquisa. Reason (1994 apud GRAY, 2012) relata que a pesquisa-ação participante implica em um esforço por parte das pessoas para entender o papel do conhecimento como instrumento importante de poder e controle.

A caracterização como pesquisa-ação participante ocorre, sobretudo, pelo fato da pesquisadora integrar o objeto de estudo, ou seja, a pesquisadora é professora da instituição onde serão coletados os dados da pesquisa. Desse modo, a partir da coleta de dados, a pesquisadora sugere um novo método de avaliação institucional para o nível de ensino em estudo.

O início do estudo deu-se a partir de uma pesquisa bibliográfica com a finalidade de fundamentar a elaboração dos instrumentos de pesquisa, além de uma pesquisa documental nas avaliações institucionais do Colégio.

O instrumento de pesquisa utilizado para a coleta de dados foi o questionário, pela facilidade na coleta dos dados e sigilo do respondente. No Quadro 1, observam-se algumas vantagens do uso de questionários.

O questionário utilizado para a coleta foi composto de duas partes. Na primeira, foi realizada uma pesquisa sobre o nível de satisfação do estudante com o

Colégio a partir das dimensões do SINAES. Utilizou-se a escala *Likert*³ de 5 pontos para verificar o nível de satisfação. A marcação utilizada foi de 1 a 5, sendo 1 para totalmente insatisfeito, 2 para insatisfeito, 3 para indiferente, 4 para satisfeito e 5 para totalmente satisfeito.

Alcance	Grande alcance com baixo custo.
Tempo de aplicação	O retorno dos instrumentos é relativamente rápido.
Estado do respondente	O respondente poderá preenchê-lo em local e momento que julgar adequados.
Análise dos dados	No caso de perguntas fechadas, a análise é simples e rápida.
Anonimato	O anonimato dos respondentes é garantido, em se tratando de pesquisas em grande escala.
Interpretação	Há falta de viés de entrevistador, sem possibilidade de verificar a ênfase a determinadas respostas.

Quadro 1: Vantagens do uso dos questionários

Fonte: adaptado de Gillham (2000 apud GRAY, 2012).

Na segunda parte do questionário, foram realizadas duas perguntas abertas: “Dentre as dimensões analisadas, você considera que alguma não seja aplicável aos Cursos Técnicos do Colégio em que estuda? Por quê?” e “Há alguma outra dimensão que você considera importante de ser analisada?” com a finalidade de verificar se os estudantes consideram que as dimensões de avaliação do SINAES representam os seus requisitos de satisfação.

O questionário foi aplicado em uma turma do segundo semestre do curso Técnico em Administração, que possui 35 estudantes matriculados, sendo que 25 se disponibilizaram a responder a pesquisa.

O curso Técnico em Administração foi escolhido devido à motivação dos estudantes em avaliar a qualidade do curso, já que estão cursando a disciplina de Gestão da Qualidade.

Os dados quantitativos foram analisados com o uso de estatística descritiva⁴, a fim de resumir as informações obtidas através da apresentação por gráficos. A distribuição de frequência, segundo Gray (2012), é um dos métodos mais comuns para analisar pesquisas de levantamento associadas à escala *Likert*.

³ A escala *Likert* é muito utilizada para pesquisar atitudes, pois consiste em um conjunto de itens apresentados em forma de afirmações, ou juízos, ante os quais se pede aos sujeitos que externem suas reações, escolhendo um dos cinco, ou sete pontos de uma escala (MARTINS, 2007).

⁴ Um dos objetivos da estatística descritiva é descrever as características básicas de um estudo, muitas vezes com o uso de uma análise gráfica. As estatísticas descritivas se diferenciam das estatísticas inferenciais por tentarem demonstrar quais são os dados, enquanto as inferenciais tentam tirar conclusões para além dos dados (GRAY, 2012).

A análise de conteúdo foi utilizada para decodificar os dados qualitativos a qual, de acordo com Gray (2012), trata de fazer inferências sobre os dados, identificando de forma sistemática e objetiva, classes ou categorias entre eles.

2 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL X AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

O ato de avaliar geralmente levanta muitos desconfortos, tanto da parte de quem avalia, quanto por parte de quem é avaliado. A avaliação institucional tem sido, há muito tempo, palco de discussões dentro das universidades, mas o principal ponto de discussão, nos dias atuais, não se refere à importância, à necessidade ou à obrigatoriedade da avaliação. O que se discute em torno da avaliação institucional é a forma como ela está sendo conduzida dentro das instituições (COLOMBO et al, 2013).

O Quadro 2 faz uma sinopse em torno do levantamento bibliográfico realizado por Colombo et al (2013):

Meyer (1993)	a avaliação é um instrumento indispensável de gestão necessária para mensurar os esforços da organização na sua qualidade, excelência, utilidade e relevância.
Dias Sobrinho (1995)	exigência da avaliação tem crescido na mesma proporção em que aumenta a crise das universidades, grande parte, em virtude das dificuldades orçamentárias e da sua crescente incapacidade de responder satisfatoriamente às múltiplas, complexas e até mesmo contraditórias demandas que lhe são postas.
Ludke (1997)	a avaliação institucional já tem certo espaço definido.
Pinto (2005)	apresenta-se ou como estratégia de regulação, ou como estratégia de reflexão sobre o papel que a instituição desempenha

Quadro 2: Sinopse sobre avaliação institucional

Fonte: adaptado de Colombo et al (2013).

Colombo et al (2013) ainda ressaltam que a avaliação institucional também é considerada como um instrumento de questionamentos na busca de qualidades e eficiência na educação superior.

A autoavaliação institucional é apenas uma parte do tripé da avaliação do SINAES, composta pela autoavaliação, avaliação de curso e avaliação do aluno – ENADE (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2013).

A autoavaliação provoca nas IES o desenvolvimento da autoconsciência institucional, da necessidade de planejamento e da utilização das análises e recomendações derivadas desses instrumentos como subsídio de novos planejamentos e decisões, com vistas ao contínuo aperfeiçoamento da IES (SCAGLIONE; COSTA, 2011).

Dessa forma, os resultados das avaliações realizadas pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) e Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs) servem como ferramenta para o planejamento de ações de melhoria permanente da qualidade e pertinência das atividades desenvolvidas (SCAGLIONE; COSTA, 2011).

2.1 Histórico da Gestão dos Cursos

O ensino, no nível de graduação, foi implantado no Brasil no século XIX, após a transferência da Família Imperial, com a administração das primeiras faculdades disciplinadas no momento da sua criação, o que durou até 1891, quando o Decreto 1232 dispôs sobre a estrutura das faculdades federais (COLOMBO *et al*, 2011).

Nessa época, a administração era realizada pelos diretores e vice-diretores. Em 1901, o Decreto 3390 estende este modelo de administração à Escola Politécnica e ao Ginásio Nacional através do Código dos Institutos Oficiais de Ensino Superior e Secundário. Em 1911, o Decreto 8659 aprova a lei orgânica do ensino superior e fundamental, mantendo a administração pelo diretor, porém agora com um órgão colegiado superior denominado congregação (Ibid.).

O Decreto 11530/1915, reorganiza o ensino secundário e superior, passando os diretores a serem nomeados livremente pelo Presidente da República dentre os professores catedráticos, que eram os professores responsáveis pela regência da cadeira pela qual fora nomeado. Esse Decreto também previa a criação (quando o governo julgasse oportuno) de uma universidade através da união das Escolas Politécnica e de Medicina do Rio de Janeiro (Ibid.).

O Departamento Nacional de Ensino é criado pela Lei Rocha Vaz (Decreto 16782-A, de 1925) assim como a Universidade do Rio de Janeiro, com a indicação do Reitor realizada pelo Presidente da República, dentre os diretores daquelas instituições que foram unidas. Em 1931, a Reforma Francisco Campos estabelece a organização, a composição, a competência e o funcionamento da administração universitária, sendo administradas pelo Reitor e pelo Conselho Universitário (Ibid.).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB/61 foi aprovada em 1961, sem grandes alterações à administração educacional. A Reforma Universitária de 1968 criou um modelo de administração única para as

instituições públicas e privadas, bem como o modelo departamentalizado e as funções de ensino e pesquisa (Ibid.).

A Lei Darcy Ribeiro (LDB/96) revoga a LDB/61 anterior e a Reforma Universitária de 1968, reunindo em um documento único as diretrizes de todos os níveis de ensino e, dando liberdade para a educação básica administrar seus recursos humanos, materiais e financeiros, ainda sem um modelo de gestão (Ibid.).

Em 1998, surgem os Centros Universitários e a figura do Coordenador de Curso. O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) passa a exigir em seus instrumentos de avaliação que o Coordenador possua dedicação suficiente à gestão do curso e qualificação específica para a função, que abrange não só a gestão administrativa e acadêmica do curso, mas também a gerência do Núcleo Docente Estruturante (NDE) e do Colegiado do Curso (Ibid.).

Fazem parte dos documentos institucionais previstos pelo INEP: o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), que estabelece as políticas e diretrizes para os órgãos da gestão; e, o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, que se constitui como um instrumento estratégico fixando metas e ações quinzenais; ambos documentos dinâmicos, que devem ser auditados por autoavaliação (Ibid.).

A Lei nº 10.861, de 2004, instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) para certificar a qualidade de cada IES, pública ou privada. À revelia dessa legislação, o MEC adotou o Índice Geral de Curso (IGC), construído a partir da média ponderada do Conceito Preliminar de Curso (CPC) que se baseia no Exame Nacional de Desempenho do Estudante (Enade).

2.2 A Gestão da Qualidade do Ensino

A qualidade no âmbito educacional era considerada apenas no incremento financeiro das pessoas e materiais, utilizando indicadores como: proporção do produto interno bruto ou do gasto público dedicado à educação, custo por aluno, números de alunos por professores, duração da formação ou nível salarial dos professores (GENTILI; SILVA, 2010).

Atualmente, o conceito de qualidade está voltado para a qualidade do processo de ensino, que é a lógica empresarial privada e, como indicadores, Gentili e Silva (2010) destacam as taxas de retenção, taxas de promoção, egressos dos cursos superiores e comparações internacionais do rendimento escolar.

A importância dos indicadores foi ressaltada por Monteiro (2013), com a finalidade de evidenciar os resultados almejados para tornar o modelo de escola viável, autônomo e sustentável. Dessa forma, a escolha pelos indicadores que melhor representem os critérios de qualidade torna-se fundamental para o alcance de uma gestão estratégica e de qualidade.

Os modelos gerenciais da qualidade são estruturados a partir do próprio conceito da qualidade, daí a importância de entender esse conceito (PALADINI, 2008). Porém, a qualidade é um conceito abstrato, ou seja, o que é qualidade para um indivíduo, nem sempre é qualidade para outro.

Las Casas (2008) relata que existem diversas formas de implantar a qualidade em organizações, porém, a forma mais comum aplicada ao setor de serviços é composta pelas seguintes fases:

- Pesquisa;
- Mudança cultural;
- *Marketing* interno;
- Treinamento;
- Comunicação.

Dessa forma, verifica-se que a avaliação institucional pode ser considerada na primeira fase da implantação da qualidade, ou mesmo, na manutenção da qualidade, visto que se trata de sistema ininterrupto de retroalimentação em busca da melhoria contínua.

Os sistemas integrados de gestão são um bom exemplo de como podem funcionar as diversas ferramentas de gestão, com enfoques diferentes, porém com o mesmo objetivo: a qualidade.

Gerir nada mais é do que tomar decisões e agir em ambiente de incerteza e competição; toda decisão deve estar orientada para a eficiência no uso dos recursos e para a eficácia no atingimento dos resultados desejados, isso é o que forma os modelos de gestão (CERQUEIRA, 2010).

Se os modelos de gestão levarem em conta os requisitos de qualidade (estabelecidos pelas partes interessadas) e os requisitos legais (avaliação institucional), pode-se em um único instrumento integrado abastecer indicadores de vários setores.

2.3 A promoção da qualidade pelo SINAES

O SINAES foi instituído pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, com a finalidade de promover melhorias na Educação Superior, expandir a oferta, aumentar a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, além de promover valores democráticos de respeito à diversidade e à diferença e de afirmação da autonomia e identidade institucional.

As avaliações do SINAES, aplicadas às instituições, aos cursos superiores e aos estudantes, procuram avaliar, principalmente, os seguintes aspectos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente e as instalações (INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA, 2013).

Segundo o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (2013), os instrumentos complementares da avaliação institucional propostos pelo SINAES são os seguintes:

- a. **Autoavaliação:** é conduzida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Cada instituição realizará uma autoavaliação, que será o primeiro instrumento a ser incorporado ao conjunto de instrumentos constitutivos do processo global de regulação e avaliação.
- b. **Avaliação externa:** é feita por membros externos, pertencentes à comunidade acadêmica e científica, reconhecidos pelas suas capacidades em suas áreas e portadores de ampla compreensão das instituições universitárias.
- c. **Censo:** é um instrumento independente que carrega um grande potencial informativo, podendo trazer importantes elementos de reflexão para a comunidade acadêmica, o Estado e a população em geral.
- d. **Cadastro:** as informações do Cadastro das IES e seus respectivos cursos serão levantadas e disponibilizadas para acesso público, formando a base para a orientação permanente de pais, alunos e da sociedade em geral sobre o desempenho de cursos e instituições.

Para a gestão escolar, a avaliação institucional fornece subsídios para a melhoria contínua, buscando uma visão global da instituição, principalmente devido

à utilização de dimensões de avaliação. As dimensões mínimas de avaliação foram estabelecidas no art. 3º da Lei do SINAES (Lei 10.861/2004) como segue:

- i. a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- ii. a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização;
- iii. a responsabilidade social da instituição;
- iv. a comunicação com a sociedade;
- v. as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- vi. organização e gestão da instituição;
- vii. infra-estrutura física;
- viii. planejamento e avaliação;
- ix. políticas de atendimento aos estudantes;
- x. sustentabilidade financeira.

Observa-se que essas dimensões englobam toda a instituição, o que garante a gestão eficaz a que se propõe o SINAES. Além disso, a instituição pode incluir, além dessas, outras dimensões que considere importantes.

A avaliação institucional fornece uma infinidade de dados que podem ser utilizados pelas IES como estratégia de gestão, inclusive com o fornecimento de pontos fortes e pontos fracos (COLOMBO *et al*, 2011).

Uma das formas de reelaborar a avaliação institucional, para uso na gestão estratégica, é através da criação de indicadores. Colombo *et al* (2011) sugerem os seguintes grupos de avaliação:

- Infraestrutura;
- Nível de aprendizado dos alunos;
- Programa de curso;
- Relação do curso com o mercado (empregabilidade);
- Corpo docente;
- Gestão do curso;
- Atividades extraclasse promovidas pelo curso;
- Econômico.

A partir desses grupos de avaliação, é possível criar indicadores de avaliação oriundos da avaliação interna. O Quadro 3: Sugestões de indicadores oriundos da avaliação interna, exemplifica a afirmação de Colombo *et al* (2011).

Indicador	Escopo	Periodicidade	Fonte de Dados
Satisfação discente em relação à infraestrutura	Institucional e curso	Anual	Pesquisa de satisfação
Satisfação discente em relação aos professores	Curso	Semestral	Pesquisa de satisfação
Satisfação discente em relação ao curso	Curso	Semestral / Anual	Pesquisa de satisfação
Inadimplência	Institucional e curso	Mensal	Controles internos
Evasão	Institucional e curso	Mensal	Controles internos
Rentabilidade	Institucional e curso	Mensal	Controles internos
Margem de Contribuição	Curso	Mensal	Controles internos

Quadro 3: Sugestões de indicadores oriundos da avaliação interna

Fonte: adaptado de Colombo *et al* (2011).

Observa-se que alguns desses indicadores são aplicáveis apenas às instituições privadas, portanto, quando se trata de indicadores, o ideal será sempre criá-los de acordo com a realidade da organização e dos cursos. Colombo *et al* (2011) ainda sugerem que a esses indicadores sejam somados outros alinhados à sua estratégia.

2.4 A Excelência em Gestão no Serviço Público

As organizações, no geral, buscam sistemas que guiem a implantação e a manutenção da qualidade em sua gestão. O agente público não é diferente. Assim como o gestor da empresa privada, ambos atuam em conformidade com normas e leis a fim de evitar as penalidades advindas do não cumprimento (KANAANE; FIEL FILHO; FERREIRA, 2010).

Nesse sentido, tanto o gestor da empresa pública quanto o administrador da empresa privada buscam a excelência em gestão. O primeiro porque representa o Estado, os princípios legais, os valores essenciais para a convivência pacífica (Ibid.), já o segundo, busca auferir mais lucros e obter sustentabilidade econômica no seu negócio.

A busca pela excelência em gestão iniciou no Brasil em 1990 com o Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade (PBQP), configurando uma estratégia do Governo Federal para estimular o crescimento e a competitividade do

setor empresarial brasileiro, aliado a um subcomitê para promover a implementação de programas de qualidade e produtividade na administração pública federal (BRASIL, 2013b).

O PBQP foi reformulado em 1995, transformando-se no Programa da Qualidade e Participação na Administração Pública (QPAP), com a finalidade de promover a modernização da gestão pública. Nessa reformulação, foram adotados os critérios de excelência da gestão pública, preconizados pela Fundação Nacional da Qualidade (FNQ), com adaptações para a aplicação na realidade pública (BRASIL, 2013b).

Em 2005, a partir da união do QPAP com o Programa Nacional de Desburocratização, foi criado o Programa Nacional de Gestão Pública e Desburocratização (Gespública), com a finalidade de melhorar a qualidade dos serviços públicos prestados aos cidadãos e aumentar da competitividade do país (BRASIL, 2013b).

Kanaane; Fiel Filho e Ferreira (2010) resumem o histórico evolutivo da Gespública através do Quadro 4: Histórico evolutivo da Gespública que, apesar de ter trocado a denominação, fechou, em 2010, 21 edições.

1956	Comissão de Simplificação Burocrática
1979	Programa Nacional de Desburocratização
1990	Subprograma da Qualidade e Produtividade na Administração Pública (PBQP)
1996	Programa de Qualidade e Participação na Administração Pública (QPAP)
2000	Programa de Qualidade no Serviço Público (PQSP)
2005	Criação do Gespública
2008	Realinhamento do Modelo de Excelência em Gestão Pública (MEGP)

Quadro 4: Histórico evolutivo da Gespública

Fonte: Ministério do Planejamento do Brasil (2009 apud KANAANE, FIEL FILHO e FERREIRA, 2010).

Segundo o Ministério do Planejamento, o Gespública é um programa de melhoria e inovação administrativa. Para implementar esse programa, foram desenvolvidas e adaptadas algumas ferramentas da administração como Carta de Serviços⁵, Gestão de Processos⁶, Instrumento Padrão de Pesquisa de Satisfação (IPPS)⁷ e Indicadores de Desempenho⁸ (BRASIL, 2013b).

⁵ Documento que estabelece o compromisso das organizações públicas de observar padrões de qualidade, eficiência e eficácia na execução de suas atividades, perante os seus públicos alvos e à sociedade em geral (BRASIL, 2013b).

⁶ Instrumento para identificar, desenhar, executar, documentar, medir, monitorar, controlar e melhorar

Kanaane; Fiel Filho e Ferreira (2010) consideram que um modelo de gestão contemporânea deverá ser formado a partir de três pilares: Ciclo PDCA⁹, Administração Estratégica e Fundamentos de excelência da gestão, como ilustra a Figura 1.

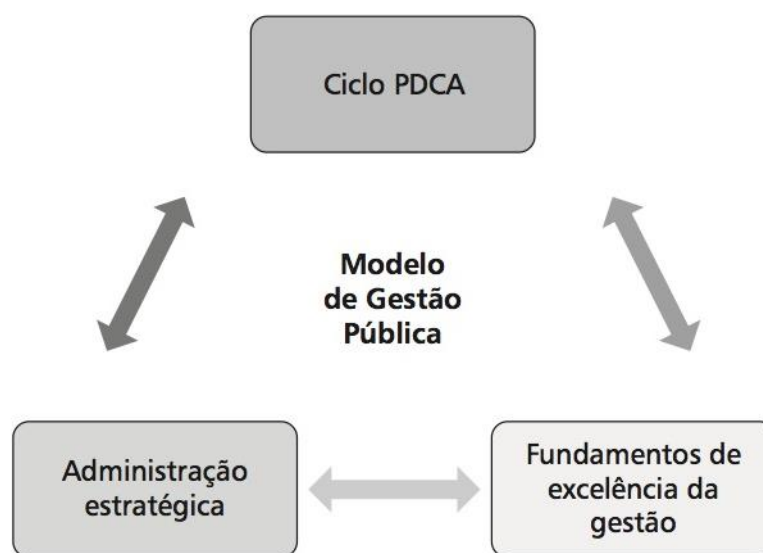


Figura 1: Pilares de um modelo de gestão pública

Fonte: Kanaane, Fiel Filho e Ferreira (2010).

O ciclo PDCA, de acordo com Werkema (1995, KANAANE; FIEL FILHO; FERREIRA, 2010) é um método gerencial de tomada de decisões para garantir o alcance das metas necessárias à sobrevivência da organização. O Quadro 5 resume o significado da sigla e os objetivos de cada fase do ciclo:

	Significado	Tradução	Objetivo
P	<i>Plan</i>	planejamento	estabelecer metas, métodos e programar capacitações
D	<i>Do</i>	fazer, realizar	Conhecer as metas, executar os treinamentos, supervisionar o trabalho e coletar dados

processos de trabalho voltados para a geração de valor público (BRASIL, 2013b).

⁷ Metodologia de pesquisa de opinião padronizada que investiga o nível de satisfação dos usuários de um serviço público, desenvolvida para se adequar a qualquer organização pública prestadora de serviços diretos ao cidadão (BRASIL, 2013b).

⁸ Referencial metodológico que permite às organizações públicas definirem e mensurarem seu desempenho, assumindo-se este como um decisivo passo para a gestão do desempenho, possibilitando sua pactuação, avaliação e divulgação em momentos posteriores (BRASIL, 2013b).

⁹ O Ciclo PDCA é um método de gerenciamento de processos ou de sistemas, onde "P" = *Plan* - Planejar, "D" = *Do* - Executar, "C" = *Check* - Avaliar, e "A" = *Action* - agir a partir dos resultados da avaliação para gerar melhorias (CAMPOS, 2004).

C	<i>Check</i>	conferir, checar, verificar	verificar se o planejado foi executado, comparar os resultados com as metas planejadas
A	<i>Action</i>	ação, revisão	Tomar a decisão: se as metas foram alcançadas valida-se o padrão, caso não tenham sido alcançadas, identificar e corrigir para o alcance no próximo ciclo do PDCA

Quadro 5: O ciclo PDCA

Fonte: adaptado de Kanaane; Fiel Filho e Ferreira (2010).

A administração estratégica nas organizações como fator competitivo e de diferenciação ainda é contemporâneo, mas não existem impedimentos para que as organizações públicas utilizem a estratégia em sua gestão. O que irá diferir, entre uma e outra, são as ações, que na pública configurarão programas, políticas públicas, projetos, atividades localizadas, mas que, da mesma forma que nas privadas, necessitam de previsões (KANAANE; FIEL FILHO; FERREIRA, 2010).

As bases da excelência da gestão pública encontram-se na Constituição Federal, o Programa GesPública (BRASIL, 2013b) agrupou essas bases em 14 fundamentos, conforme ilustra a Figura 2.

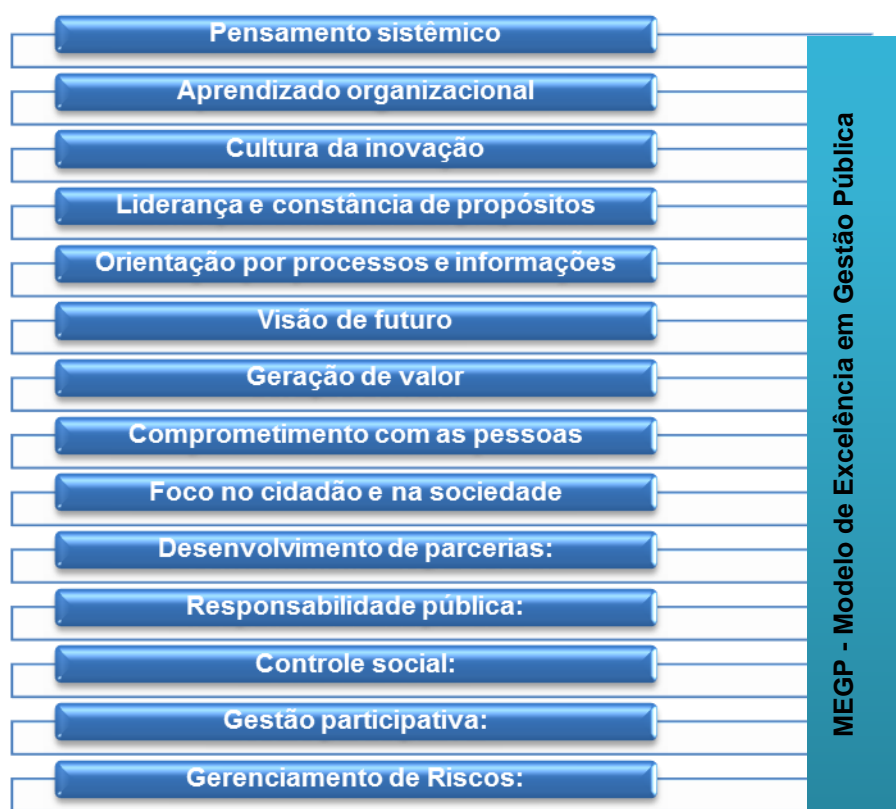


Figura 2: Fundamentos da gestão pública contemporânea

Fonte: Adaptado de Brasil (2013).

A descrição e interpretação dos 14 fundamentos da gestão pública contemporânea constam no Guia de Inovação e Melhoria do Sistema de Gestão da Administração Pública (BRASIL, 2013):

- a) **Pensamento sistêmico:** levar em conta as múltiplas relações de interdependência entre as unidades internas de uma organização e entre a organização e outras organizações de seu ambiente externo;
- b) **Aprendizado organizacional:** busca contínua por novos conhecimentos;
- c) **Cultura da inovação:** promover um ambiente favorável à criatividade;
- d) **Liderança e constância de propósitos:** mover e inspirar as pessoas, procurando obter delas o máximo de cooperação e o mínimo de oposição;
- e) **Orientação por processos e informações:** gerenciar ações para o cumprimento da finalidade do órgão/entidade e estabelecer o processo decisório e de controle alicerçado em informações;
- f) **Visão de futuro:** o processo decisório do órgão/entidade deve ter por fator de referência o estado futuro desejado pela organização e expresso em sua estratégia;
- g) **Geração de valor:** alcançar resultados consistentes, assegurando o aumento de valor tangível e intangível, com sustentabilidade, para todas as partes interessadas;
- h) **Comprometimento com as pessoas:** estabelecer relações com as pessoas, criando condições de melhoria da qualidade nas relações de trabalho, com o objetivo de que se realizem humana e profissionalmente;
- i) **Foco no cidadão e na sociedade:** gerenciar com vistas ao atendimento regular e contínuo das necessidades dos cidadãos e da sociedade;
- j) **Desenvolvimento de parcerias:** realizar atividades conjuntas com outras organizações com objetivos comuns, buscando o pleno uso das suas competências complementares para desenvolver sinergias;
- k) **Responsabilidade pública:** assegurar a condição de cidadania com garantia de acesso aos bens e serviços essenciais, tendo ao mesmo tempo a atenção voltada para a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas naturais.

l) Controle social: gerenciar com a participação das partes interessadas; tal participação deve acontecer no planejamento, no acompanhamento e avaliação das atividades dos órgãos ou entidades públicas;

m) Gestão participativa: estilo de gestão de excelência que determina uma atitude que busca a cooperação das pessoas e que reconhece o potencial diferenciado de cada um e, ao mesmo tempo, que harmoniza os interesses individuais e coletivos, a fim de conseguir a sinergia das equipes de trabalho;

n) Gerenciamento de Riscos: fundamental para que o órgão/entidade governamental possa alcançar resultados de forma consistente, atender de maneira regular e contínua as necessidades dos cidadãos e da sociedade, auxiliando, assim, no cumprimento da sua finalidade.

Segundo Kanaane; Fiel Filho e Ferreira (2010), a palavra modelo possui diversos significados, como: padrão, gabarito, etc., alguns prêmios de qualidade da gestão chamam a avaliação das organizações candidatas de modelo.

Porém, modelo não é a avaliação, mas as práticas de gestão adotadas por uma organização de sucesso, que podem servir de modelo a outras organizações. Assim, não existe modelo de gestão, mas caminhos como a participação em premiações de sistemas de gestão com regulamentos que criam mecanismos derivados dos Fundamentos de Excelência da Gestão (Ibid.).

Um modelo de gestão pública precisa ser elaborado a partir das experiências, conhecimentos, cultura e tradições nacionais, precisa ser identificado com o povo brasileiro. Porém, há necessidade de buscar referenciais externos (modelos internacionais), a fim de impulsionar a inovação na gestão pública, mas respeitando a maturidade dos agentes políticos nacionais e da própria sociedade brasileira (BRASIL, 2013b).

O guia de inovação e melhoria do sistema de gestão da administração pública (BRASIL, 2013b) ilustra o que seria um “modelo” de gestão das organizações públicas baseadas (Figura 3) nos 14 fundamentos de gestão pública contemporânea (Figura 2).

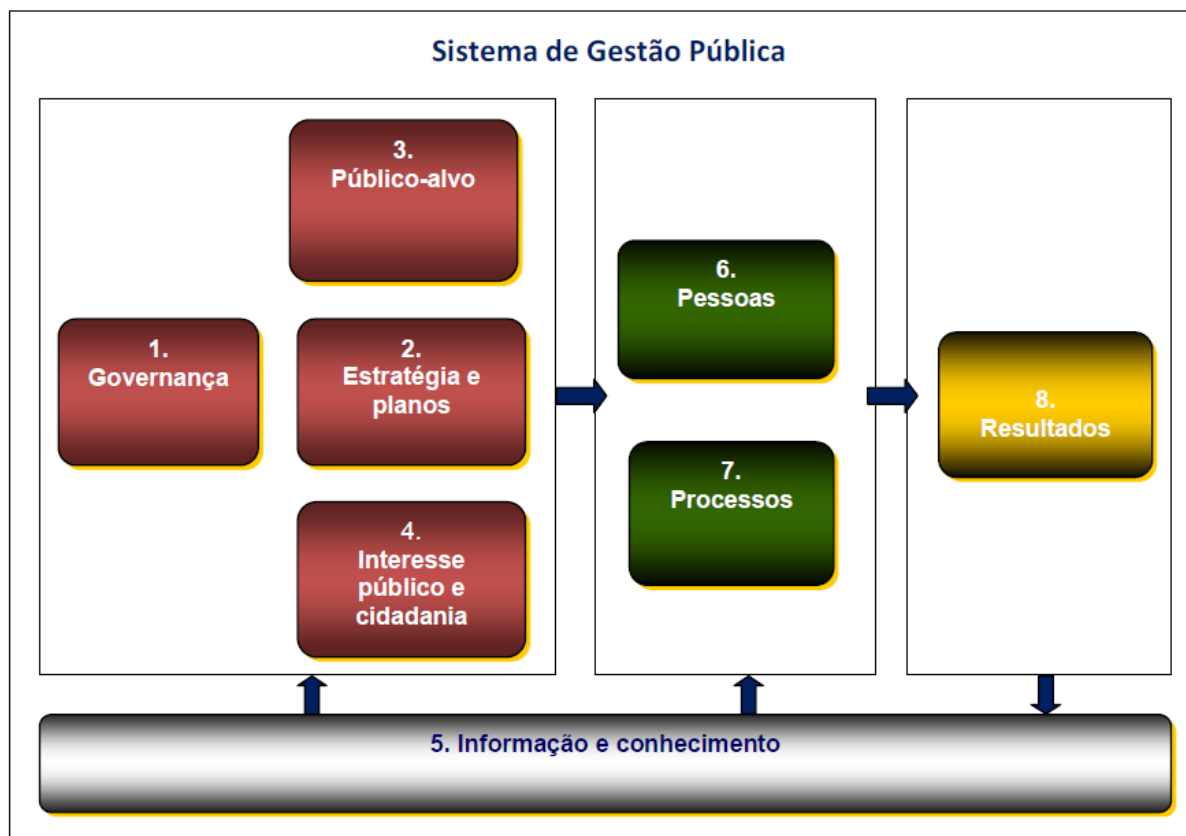


Figura 3: Sistema de gestão pública
Fonte: Brasil (2013b).

O sistema de gestão pública é elaborado a partir dos 14 fundamentos de gestão pública contemporânea e dividido em 8 critérios, a saber:

1. Governança;
2. Estratégia e planos;
3. Público-alvo;
4. Interesse público e cidadania;
5. Informação e conhecimento;
6. Pessoas;
7. Processos; e
8. Resultados.

Esse sistema pressupõe que a Governança (líder) irá gerir a partir do estabelecimento de Estratégia e Planos (planejamento), considerando o Público-alvo e o Interesse Público e a Cidadania. As práticas gerenciais serão executadas a partir do planejamento pelas Pessoas e através de Processos com foco nos Resultados que alimentam o sistema de Informação e conhecimento que retroalimentam todo o sistema (BRASIL, 2013b).

3 A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA ORGANIZAÇÃO PESQUISADA

3.1 Contextualização da Instituição

A Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) possui duas escolas vinculadas que atuam com a Educação Básica, Técnica e Tecnológica: o Colégio Técnico Industrial e o Colégio Politécnico.

O Colégio Politécnico, situado dentro do *Campus* da UFSM, atende a 1.455 estudantes presenciais, sendo 107 do Ensino Médio, 951 do Ensino Técnico, 363 da graduação e 34 da Pós-graduação (UFSM, 2014a).

A fim de atender a esse público, o Colégio Politécnico possui no seu quadro efetivo 117 servidores, sendo que, destes, 82 são professores e 35 Técnico-Administrativos em Educação (UFSM, 2014b).

A Educação a Distância iniciou no Colégio Politécnico em agosto de 2014, com a oferta dos Cursos Técnico em Cooperativismo, Técnico em Fruticultura e Técnico em Manutenção e Suporte em Informática. Esses cursos atendem a 303 estudantes em seis polos diferentes: Agudo, Cruz Alta, Faxinal do Soturno, Santa Maria, São João do Polêsine e São Sepé.

O Curso Técnico em Administração teve sua primeira turma em março de 2000, sendo o primeiro curso noturno do Colégio, com 35 estudantes e já contava com a competência de ferramentas da qualidade.

Desde o ano 2010, são aplicados os instrumentos formulados com base no SINAES para a avaliação institucional de todos os cursos do Colégio Politécnico, inclusive os cursos técnicos.

3.2 A avaliação institucional na perspectiva dos discentes

A primeira parte do questionário, quantitativa, buscou avaliar o nível de satisfação dos estudantes a partir das dimensões do SINAES. Os estudantes deviam assinalar a alternativa que melhor representasse a sua satisfação em relação ao Colégio Politécnico da UFSM e ao Curso Técnico em Administração, atribuindo 1, para totalmente insatisfeito; 2, para insatisfeito; 3, para indiferente; 4, para satisfeito e 5 para totalmente satisfeito.

O Quadro 6 apresenta os resultados da análise estatística do questionário:

Qual é o nível de sua satisfação em relação:	N*	M**	DP***
1. à missão e o plano de desenvolvimento institucional;	25	3,2800	0,8907
2. à política para o ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão e para as respectivas formas de operacionalização;	25	4,0000	0,6455
3. à responsabilidade social da instituição;	25	4,0800	0,8124
4. à comunicação com a sociedade;	24	3,7917	0,8330
5. às políticas de pessoa,- as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;	24	4,2083	0,7211
6. à organização e gestão da instituição;	25	3,8800	0,6658
7. à infraestrutura física;	24	4,5417	0,6580
8. ao planejamento e à avaliação;	25	4,0400	0,8406
9. às políticas de atendimento aos estudantes;	25	4,2400	0,7234
10. à sustentabilidade financeira.	25	3,8000	0,8165
* N = Número de respondentes ** M = Média *** DP = Desvio Padrão			

Quadro 6: Apresentação dos dados quantitativos

Fonte: Dados da pesquisa.

Observou-se, nessa análise, que as médias mais altas foram obtidas para a infraestrutura física, as políticas de atendimento aos estudantes e políticas de pessoal, carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e condições de trabalho. As médias mais baixas foram para a missão e o plano de desenvolvimento institucional e para a comunicação com a sociedade.

Verificam-se essas médias altas devido ao fato de o estudante compreender que não há necessidade em melhorar esses itens, o que está de acordo com a infraestrutura física, já que todas as salas de aula são equipadas com *data show*, condicionador de ar, computador e, algumas, com cadeiras estofadas. Em relação às políticas estudantis, o Colégio Politécnico insere seus estudantes como estudantes da UFSM e, portanto, com alimentação, moradia, transporte, entre outros suportes, dados de bastante qualidade em relação a outras escolas técnicas e profissionais.

Porém, quando se questionam as políticas de pessoal docente e técnico-administrativo, os estudantes não possuem suporte para analisar, visto que comparando à sua realidade de estudante “os professores e técnicos-administrativos recebem muito bem”. Nesse ponto, verificam-se que esses questionamentos estão

direcionados ao público errado (estudantes), estas questões deveriam compor apenas a avaliação dos servidores.

Na análise do desvio padrão, os desvios mais altos foram nos itens que avaliam a missão e o plano de desenvolvimento institucional, e no planejamento e avaliação, demonstrando que houve estudantes que avaliaram muito longe da média. Os menores desvios ocorreram para a avaliação da infraestrutura física e das políticas para o ensino, pesquisa, pós-graduação, extensão as respectivas formas de operacionalização, demonstrando que os estudantes tiveram suas respostas próximas à média, o que se traduz em homogeneidade nas respostas.

Assim, fica clara a necessidade de indicadores específicos, para direcionar o que se quer medir, focando também quem pergunta.

Para elaborar um instrumento de avaliação, faz-se necessário planejar quais os indicadores de gestão de um curso técnico são necessários para analisar a qualidade do curso.

Luck (2009) confirma que o primeiro passo para uma gestão baseada em resultados é a fixação de indicadores de desempenho, a fim de analisar a qualidade do ensino.

A educação básica, de acordo com Unicef, PNUD e Inep-MEC (2004), possui sete dimensões de avaliação, e dentro dessas dimensões, indicadores a serem avaliados. O Quadro 7, ilustra a organização desses indicadores.

INDICADOR	ELEMENTO OBSERVADO
AMBIENTE EDUCATIVO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Amizade e solidariedade 2. Alegria 3. Respeito ao outro 4. Combate à discriminação 5. Disciplina 6. Respeito aos direitos das crianças e dos adolescentes
PRÁTICA PEDAGÓGICA E AVALIAÇÃO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Projeto Político-Pedagógico definido e conhecido por todos 2. Planejamento 3. Contextualização 4. Prática pedagógica inclusiva 5. Formas variadas e transparentes de avaliação dos alunos 6. Monitoramento da prática pedagógica e da aprendizagem dos alunos 7. Prática pedagógica inclusiva
ENSINO E APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Orientações para a alfabetização inicial implementadas 2. Existência de práticas alfabetizadoras na escola 3. Atenção ao processo de alfabetização de cada criança 4. Ampliação das capacidades de leitura e escrita dos alunos ao longo do ensino fundamental 5. Acesso e bom aproveitamento da biblioteca ou sala de leitura, dos equipamentos de informática e da internet 6. Existência de ações integradas entre a escola e toda a rede de ensino com o objetivo de favorecer a aprendizagem da leitura e

	da escrita
GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Informação democratizada 2. Conselhos escolares atuantes 3. Participação efetiva de estudantes, pais, mães e comunidade em geral 4. Acesso, compreensão e uso dos indicadores oficiais da escola e das redes de ensino 5. Participação em programas de repasse de recursos financeiros
FORMAÇÃO E CONDIÇÕES DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA ESCOLA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Habilitação 2. Formação continuada 3. Formação inicial e continuada 4. Suficiência e estabilidade da equipe escolar 5. Assiduidade da equipe escolar
AMBIENTE FÍSICO ESCOLAR	<ol style="list-style-type: none"> 1. Suficiência do ambiente físico escolar 2. Qualidade do ambiente físico escolar 3. Bom aproveitamento do ambiente físico escolar
ACESSO E PERMANÊNCIA DOS ALUNOS NA ESCOLA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Atenção especial aos alunos que faltam 2. Preocupação com o abandono e a evasão 3. Atenção aos alunos com alguma defasagem de aprendizagem 4. Atenção especial aos alunos com alguma defasagem de aprendizagem

Quadro 7: Indicadores da qualidade na educação.

Fonte: UNICEF, PNUD E INEP-MEC (2004).

A segunda parte do questionário, qualitativa, buscou fazer um levantamento a respeito do que seria uma avaliação para os cursos técnicos, porém, essa parte do questionário teve pouca adesão, obtendo apenas dois respondentes.

Foram realizados os seguintes questionamentos: Dentre as dimensões analisadas, você considera que alguma não seja aplicável aos Cursos Técnicos? Por quê? Há alguma outra dimensão que você acharia importante ser analisada?

Um dos estudantes respondeu da seguinte forma, ao primeiro questionamento: “Eu quero dizer em poucas palavras. É um privilégio fazer parte da escola. Só agradeço”.

Outro estudante respondeu o primeiro questionamento dizendo que “Todas são aplicáveis”, porém no segundo questionamento colocou que gostaria que perguntassem “Se os professores têm uma metodologia de ensino satisfatória em sala de aula”.

Observa-se que houve falta de interesse por parte dos alunos em contribuir com a avaliação da qualidade, parte disso é reflexo da faixa etária dos respondentes, conforme apresenta a Tabela 1, revelando que mais de 50% encontram-se entre 18 e 22 anos.

Tabela 1 – Faixa etária dos respondentes

Faixa etária	Frequência	%
18 22	18	51,43%
23 27	7	20,00%
28 32	4	11,43%
33 37	5	14,28%
38 42	1	2,86%
Total	35	100%

Fonte: Dados da Pesquisa

Os estudantes nessa faixa etária não demonstram interesse em avaliar o curso, como foi observado pela pesquisadora no momento da aplicação dos questionários: “não compensa tanto trabalho” e “se fosse no computador, eu escreveria” .

Outra possibilidade a ser considerada é que o instrumento do nível superior não é compreendido pelos estudantes do nível técnico, visto que dá mais enfoque à pesquisa e extensão, quando deveria ser dado destaque ao mundo do trabalho e possibilidades de estágios.

3.3 Indicadores de Qualidade do Ensino Técnico e Profissional

Compreende-se que os indicadores de qualidade para os cursos técnicos e profissionais podem estar intermediários entre os indicadores da educação básica e os indicadores da educação superior.

Utilizando-se dos 8 critérios de avaliação do GesPública, agora como 7 eixos de avaliação, sendo que cada eixo contempla uma ou mais dimensões do SINAES, tem-se que cada eixo terá os seus indicadores, o que pressupõe o oitavo critério do GesPública: os Resultados.

Observa-se que o grande ganho com a adoção desses eixos é o direcionamento dos questionamentos à respectiva parte interessada, responsabilizando-a pelo alcance dos resultados.

Os indicadores poderão ser acompanhados através de controle de processos ou de pesquisas direcionadas ao respectivo público-alvo: gestores, técnico-administrativos, docentes, discentes e comunidade.

Assim, sugerem-se as seguintes dimensões dentro dos eixos de qualidade, estruturados a seguir no Quadro 8:

		8. RESULTADOS
EIXOS	DIMENSÕES DO SINAES	INDICADORES DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE
a. DIREÇÃO E COORDENAÇÃO	Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional	Gestão escolar democrática
b. PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO	Planejamento e Avaliação	Prática pedagógica e avaliação
c. CORPO DISCENTE	Políticas de atendimento aos discentes	Ambiente educativo
d. SOCIEDADE	Comunicação com a Sociedade Responsabilidade Social da Instituição	Integração da comunidade científica com a sociedade em que está inserida
e. INFORMAÇÕES E CONHECIMENTO	Organização e Gestão da Instituição	Acesso e permanência dos alunos na escola
f. PESSOAS	Políticas de Pessoal	Formação e condições de trabalho dos profissionais da escola
g. PROCESSOS	Políticas para o Ensino, Pesquisa e Extensão Infraestrutura Física Sustentabilidade Financeira	Pesquisa, ensino e extensão Ambiente físico escolar

Quadro 8: Sugestão de estrutura de avaliação dos cursos técnicos.

Fonte: Dados da Pesquisa.

A partir da estrutura estabelecida, poderão ser estes os elementos a serem observados, a fim de se aferir a qualidade dos cursos técnicos. Tendo-se os elementos a serem observados, passa-se para a elaboração dos instrumentos de avaliação.

Observou-se que essa estrutura de avaliação pode ser aplicada na instituição pesquisada, visto que a mesma apresenta gestão democrática, ou seja, com a participação dos professores, estudantes, funcionários e comunidade, utilizando-se de ferramentas como órgãos colegiados e formulação do Projeto Pedagógico de forma participativa, bem como, o planejamento institucional que inclui as metas estratégicas de gestão.

Pereira (2013) relata uma pesquisa realizada em cinco das dez escolas melhor avaliadas no IDEB em Santa Catarina, com o objetivo de avaliar e descobrir as estratégias de gestão utilizadas pelas escolas com bons resultados no IDEB.

A Figura 4, apresentada por Pereira (2013), resume a intensidade dos fatores pesquisados em cada escola modelo (A, B, C, D e E).

Aspecto	Escola				
	A	B	C	D	E
Ambiente socioeconômico favorável	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Sistema de gestão pedagógica	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Comprometimento com o propósito	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte
Cultura voltada para resultados	Muito forte	Muito forte	Forte	Forte	Forte
Liderança facilitadora	Forte	Forte	Moderado	Moderado	Forte
Aprendizagem organizacional	Forte	Forte	Forte	Forte	Forte

Figura 4: Intensidade dos fatores em cada escola.
Fonte: Pereira (2013).

Descobriu-se, dentre outros fatores, que o foco em resultados é um dos elementos, assim como a análise dos resultados das avaliações do IDEB com a finalidade de identificar lacunas de aprendizagem e, se for o caso, estabelecer ações corretivas, rodando o ciclo do PDCA - Planejar, Executar, Verificar e Ajustar, Controlar e Agir (PEREIRA, 2013).

Esta pesquisa vem consolidar a estrutura proposta no Quadro 8, onde todos os eixos se direcionam para os resultados. Verifica-se, também, a importância dos indicadores para a medição dos resultados.

Para Pereira (2013), a avaliação é realmente considerada um instrumento de gestão útil para o professor na sua prática cotidiana, além disso, a literatura em gestão vem enfatizando que a aprendizagem organizacional, obtida pelos repetidos ciclos PDCA, é a única forma de sobrevivência das organizações no ambiente mutante e complexo em que vivemos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Utilizando-se dos critérios do GesPública, adaptados ao campo educacional, estabeleceram-se sete eixos de avaliação: Direção e Coordenação, Planejamento e Desenvolvimento, Corpo Docente, Sociedade, Informações e Conhecimento, Pessoas e Processos.

Esses eixos, compatíveis com as dez dimensões do SINAES e com os indicadores de qualidade do ensino, objetivam uma fonte de dados que embasará a Gestão Escolar Democrática, de forma que a avaliação não sirva apenas para cumprimento da legislação, mas que subsidie as decisões da gestão, assim como Pereira (2013) observou em suas pesquisas.

Dessa forma, responde-se ao problema de pesquisa que buscava: quais as dimensões de avaliação poderiam ser aplicáveis à gestão do ensino técnico e profissional.

Na busca do referencial teórico, observaram-se poucas pesquisas enfatizando os cursos técnicos e profissionais, portanto, acabou-se por utilizar referenciais das instituições de ensino superior e das instituições de educação básica.

Durante a execução da pesquisa, encontraram-se dificuldades em obter respostas dos estudantes, principalmente na parte qualitativa do instrumento, porém foi possível identificar que alguns quesitos, como a carreira docente e dos técnicos-administrativos, não podem ser questionados aos estudantes como faz a avaliação institucional.

O cruzamento dos critérios de excelência do GesPública com as dimensões do SINAES foi resultado de amplos estudos, bem como de diversas aplicabilidades realizadas anteriormente pela pesquisadora.

Cabe ressaltar que a estrutura sugerida compreende uma série de métodos de planejamento, pesquisas entre as partes interessadas, bem como ciclos do PDCA, significando que resultados positivos podem aparecer apenas após três ciclos. Os ciclos dentro da instituição pesquisada podem ocorrer a cada semestre dada a estrutura semestral adotada didaticamente.

Dentre as limitações do estudo, estão o direcionamento da pesquisa apenas para os estudantes, deixando outros atores de fora, como os docentes, gestores e técnico-administrativos.

Para estudos futuros, recomenda-se a aplicação da pesquisa empírica em instituição, estudo de caso, a fim de aplicar instrumentos testes e confirmar a hipótese de que esses indicadores podem auxiliar na gestão escolar de forma democrática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 06 out. 2014. (1988).

_____. Lei n. 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Presidência da República. Casa Civil. Brasília, DF, 14 abr. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em: 14 ago. 2013a.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Gestão Pública. **Programa GESPÚBLICA: Modelo de Excelência da Gestão Pública: Guia de Inovação e Melhoria do Sistema de Gestão da Administração Pública**. Brasília: SEGEP, 2013b.

CAMPOS, V. F. **Gerenciamento pelas diretrizes**. Nova Lima, MG: INDG Tecnologia e Serviços Ltda., 2004.

CERQUEIRA, J.P. **Sistemas de gestão integrados: ISO 9001, ISO 14001, OHSAS 18001, SA 8000 e NBR 16001: conceitos e aplicações**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

COLOMBO, S. S. et al. **Desafios da gestão universitária contemporânea**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

_____. **Gestão universitária: os caminhos para a excelência**. São Paulo: Penso, 2013.

DEMO, P. **Complexidade e aprendizagem: a dinâmica não linear do conhecimento**. São Paulo: Atlas, 2011.

HADJI, C. **Avaliação desmistificada**. Dados eletrônicos. Porto Alegre: Artmed, 2007.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Educação Superior. **SINAES**. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-sinaes-autorizacao>. Acesso em: 14 ago. 2013.

FERREIRA, J.H.C. ENETEC: um modelo de referência para avaliação em larga escala da educação técnica profissional na modalidade EaD. **Anais do Simpósio Internacional de Educação à Distância**. São Carlos: UFSCAR, 2014. Disponível em: <http://www.sied-enped2014.ead.ufscar.br/ojs/index.php/2014/article/view/607/308>. Acesso em 04 out. 2014.

GENTILI, P. A. A.; SILVA, T. T. **Neoliberalismo, qualidade total e educação: visões críticas**. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

- GRAY, D. E. **Pesquisa no mundo real**. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2012.
- KANAANE, R.; FIEL FILHO, A.; FERREIRA, M. G. **Gestão pública**: planejamento, procesos, sistemas de informação e pessoas. São Paulo: Atlas, 2010.
- LAS CASAS, A. L. **Qualidade total em serviços**: conceitos, exercícios, casos práticos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LÜCK, H. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.
- MARCONI, M. A., LAKATOS, E. M. **Fundamentos da metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2007.
- MARTINS, G. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Gestão Pública. Programas e Projetos de Gestão. **Gespública**. Disponível em: <http://www.gespublica.gov.br/>. Acesso em 14 ago. 2013.
- MONTEIRO, E. **Gestão Escolar**: perspectivas, desafios e função social. Rio de Janeiro: LTC, 2013.
- PALADINI, E. P. **Gestão estratégica da qualidade**: princípios, métodos e processos. São Paulo: Atlas, 2008.
- PEREIRA, M. **Planejamento e estratégia das escolas**: o que leva as escolas a ter alto desempenho. Atlas, 2013.
- PROETTI, S. **Metodologia do trabalho científico**: abordagens para a construção de trabalhos acadêmicos. São Paulo: Edicon, 2006.
- RIBEIRO, L.V.F.; TAVARES JÚNIOR, F.; LOURENÇO, J.L. **Políticas educacionais e eficácia**: o caso do Ceará. in VI Reunião da ABAVE Avaliação e Currículo: um diálogo necessário. Rio de Janeiro: ABAVE, 2013.
- SCAGLIONE, V. L. T.; COSTA, M. N. **Avaliação da educação superior e a gestão universitária**: padrões de qualidade definidos pelas instituições de ensino superior, pelo MEC e pela sociedade, incluindo Enade, IDD, CPC e IGC. In: XI Colóquio Internacional sobre Gestão Universitária na América do Sul e II Congresso Internacional IGLU. Florianópolis: UFSC, 2011.
- TACHIZAWA, T. **Organizações não governamentais e terceiro setor**: criação de ONGs e estratégias de atuação. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- UNICEF, PNUD E INEP-MEC. **Indicadores da qualidade na educação**. São Paulo: Ação Educativa, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. PROPLAN.COPLAI. **Avaliação institucional**. Disponível em: <http://www.ufsm.br/>. Acesso em: 14 ago. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Portal de Indicadores da UFSM**. Disponível em <http://portal.ufsm.br/indicadores/select/6#>. Acesso em 09 out. 2014a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. **Portal de Indicadores da UFSM**. Disponível em <http://portal.ufsm.br/indicadores/select/15>. Acesso em 09 out. 2014b.

VOLTOLINI, R. **Terceiro setor**: planejamento e gestão. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.

APÊNDICES

APÊNDICE 1



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

CARTA DE APRESENTAÇÃO

O Curso de Especialização em Gestão Educacional da UAB/UFSM vem apresentar a acadêmica Márcia Helena dos Santos Bento à Direção do Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria. A referida acadêmica está na fase de elaboração da monografia intitulada **Gestão do ensino técnico e profissional: proposta de dimensões de avaliação.**

O objetivo da inserção da acadêmica na Instituição diz respeito à coleta de informações para a sua pesquisa de conclusão de Curso, cujo objetivo é propor dimensões de avaliação aplicáveis à gestão do ensino técnico.

Ressaltamos que a oportunidade concedida pela Instituição constituir-se-á em relevantes momentos para a construção do estudo, que resultará na ampliação dos conhecimentos teóricos relacionados com as temáticas pesquisadas.

Agradecemos sua colaboração.

Agudo, setembro de 2014.

Prof^a. Me. Alexandra Furquim
Orientadora

APÊNDICE 2



**UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL – UAB/ UFSM
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do estudo:

Gestão do ensino técnico e profissional: proposta de dimensões de avaliação.

Pesquisadora responsável: Márcia Helena dos Santos Bento

Orientadora: Profa. Alexandra Furquim

Instituição: UAB/UFSM.

Telefone: (55) 8417 4824

Prezado(a) Colaborador(a):




Você está sendo convidado(a) para responder às perguntas deste questionário de forma totalmente voluntária. Antes de concordar em participar desta pesquisa e responder este questionário, é muito importante que você compreenda as informações e instruções contidas neste documento. A pesquisadora deverá responder todas as suas dúvidas antes de você se decidir a participar. Você tem o direito de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, sem nenhuma penalidade e sem perder os benefícios aos quais tenha direito.

Objetivo do estudo: Este estudo tem como objetivo geral propor dimensões de avaliação aplicáveis à gestão do ensino técnico.

Procedimentos: Sua participação nesta pesquisa consistirá apenas no preenchimento deste questionário, estruturado em três partes compostas pelas seguintes perguntas:

1. PRIMEIRA PARTE: assinale a alternativa que melhor representa a sua satisfação em relação ao Colégio Politécnico da UFSM e ao Curso Técnico em Administração, atribuindo:

1. Totalmente insatisfeito	3. Indiferente	4. Satisfeito
2. Insatisfeito		5. Totalmente satisfeito

Qual o nível de sua satisfação em relação:						
1. à missão e o plano de desenvolvimento institucional;	1	2	3	4	5	
2. à política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização;	1	2	3	4	5	
3. à responsabilidade social da instituição;	1	2	3	4	5	
4. à comunicação com a sociedade;	1	2	3	4	5	
5. às políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;	1	2	3	4	5	
6. à organização e gestão da instituição;	1	2	3	4	5	
7. à infraestrutura física;	1	2	3	4	5	
8. ao planejamento e à avaliação;	1	2	3	4	5	
9. às políticas de atendimento aos estudantes;	1	2	3	4	5	
10. à sustentabilidade financeira.	1	2	3	4	5	

2. SEGUNDA PARTE:

2.1. Dentre as dimensões analisadas, você considera que alguma não seja aplicável aos Cursos Técnicos do Colégio em que estuda? Por quê?

2.2. Há alguma outra dimensão que você considera importante de ser analisada?

Benefícios. Esta pesquisa trará maior conhecimento sobre o tema abordado, sem benefício direto para você.

Riscos. O preenchimento deste questionário não representará qualquer risco de ordem física ou psicológica para você.

Sigilo. As informações fornecidas por você terão sua privacidade garantida pelos pesquisadores responsáveis. Os sujeitos da pesquisa não serão identificados em nenhum momento, mesmo quando os resultados desta pesquisa forem divulgados sob qualquer forma.

Ciente e de acordo com o que foi anteriormente exposto, eu _____, estou de acordo em participar desta pesquisa, assinando este consentimento em duas vias, ficando com a posse de uma delas.

Agudo, setembro de 2014.

Professora Autora da Pesquisa

APÊNDICE 3



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO A DISTÂNCIA
ESPECIALIZAÇÃO LATO-SENSU EM GESTÃO EDUCACIONAL**

TERMO DE CONFIDENCIALIDADE

Título do estudo: Gestão do ensino técnico e profissional: proposta de dimensões de avaliação.

Pesquisadora responsável: Márcia Helena dos Santos Bento

Orientadora: Profa. Alexandra Furquim

Instituição: UAB/UFMS.

Telefone para contato: (55) 8417 4824

A pesquisadora do presente projeto se compromete a preservar a privacidade dos participantes, cujos dados serão coletados através de um questionário aplicado no Colégio Politécnico da Universidade Federal de Santa Maria. Concordam, igualmente, que estas informações serão utilizadas única e exclusivamente para execução do presente trabalho. As informações somente poderão ser divulgadas de forma anônima e serão mantidas sob a responsabilidade da Professora Pesquisadora Márcia Helena dos Santos Bento pelo período de 3 anos. Após este período, os dados serão destruídos.

Agudo, setembro de 2014.

.....
Marcia Helena dos Santos Bento

APÊNDICE 4

QUESTIONÁRIO SOBRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Esta pesquisa contribuirá para proposição de dimensões de avaliação aplicáveis à gestão do ensino técnico. O atual instrumento de avaliação dos cursos técnicos segue as diretrizes propostas pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES.

O SINAES foi instituído pela Lei 10.861, de 14 de abril de 2004, com a finalidade de promover melhorias na educação superior, expandir a oferta, aumentar a eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, além de promover valores democráticos de respeito à diversidade e à diferença e de afirmação da autonomia e identidade institucional (BRASIL, 2004).




As dimensões mínimas de avaliação foram estabelecidas no art. 3º da Lei do SINAES (BRASIL, 2004) como segue:

- i. a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- ii. a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização;
- iii. a responsabilidade social da instituição;
- iv. a comunicação com a sociedade;
- v. as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- vi. organização e gestão da instituição;
- vii. infra-estrutura física;
- viii. planejamento e avaliação;
- ix. políticas de atendimento aos estudantes;
- x. sustentabilidade financeira.

Dessa forma, gostaríamos de saber a sua opinião a respeito da avaliação institucional. O presente questionário está estruturado em três partes:

1. PRIMEIRA PARTE: assinale a alternativa que melhor representa a sua satisfação em relação ao Colégio Politécnico da UFSM e ao Curso Técnico em Administração, atribuindo:

1. Totalmente insatisfeito	3. Indiferente	4. Satisfeito		
2. Insatisfeito		5. Totalmente satisfeito		

Qual o nível de sua satisfação em relação:					
1. à missão e o plano de desenvolvimento institucional;	1	2	3	4	5
2. à política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização;	1	2	3	4	5
3. à responsabilidade social da instituição;	1	2	3	4	5

4. à comunicação com a sociedade;	1	2	3	4	5
5. às políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;	1	2	3	4	5
6. à organização e gestão da instituição;	1	2	3	4	5
7. à infra-estrutura física;	1	2	3	4	5
8. ao planejamento e à avaliação;	1	2	3	4	5
9. às políticas de atendimento aos estudantes;	1	2	3	4	5
10. à sustentabilidade financeira.	1	2	3	4	5

2. SEGUNDA PARTE:

2.1. Dentre as dimensões analisadas, você considera que alguma não seja aplicável aos Cursos Técnicos do Colégio em que estuda? Por quê?

2.2. Há alguma outra dimensão que você considera importante de ser analisada?
